



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, dirige os trabalhos na sessão extraordinária

## Plenário aprova renegociação com estados

Acordo retirou do texto-base a restrição a reajustes para servidores, o que diminuiu a resistência entre parlamentares

O Plenário da Câmara aprovou, por 282 votos a 140, o texto-base da renegociação das dívidas estaduais (PLP 257/16). Um acordo proposto pelo relator, deputado Esperidião Amin, com aval do governo interino

de Michel Temer, exclui a restrição, por dois anos, a reajustes salariais para servidores, o que permitiu a votação, após mais de seis horas de debates. A análise dos destaques continuaria na madrugada. | 3



Zeca Ribeiro

## Comissão aprova a admissibilidade da PEC que limita os gastos públicos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, por 33 a 18, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição que limita, por 20 anos, o gasto público à variação da inflação. Agora, comissão especial analisará a PEC. | 4

## Petrobras na exploração do pré-sal divide parlamentares

Base de apoio ao governo Temer defende presença menor da estatal. PT e sindicatos são contra. | 5

**DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA, o procurador da República Deltan Dallagnol (C), coordenador da força-tarefa que atua na Operação Lava Jato, afirmou que há impunidade em praticamente todos os casos de corrupção investigados no País. | 7**

# Comissão inclui fósseis entre bens da União

Estrangeiros poderão pesquisar e até coletar materiais desde que haja a coparticipação de uma instituição brasileira

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou proposta do Senado que inclui entre os bens da União qualquer material fóssil localizado em território brasileiro. Pelo texto, esse material passa a integrar o patrimônio cultural e natural brasileiro.

Relator na comissão, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) recomendou a aprovação da proposta – Projeto de Lei 7420/10 – com a emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que responsabiliza o Ministério da Ciência e Tecnologia pela avaliação e autorização da pesquisa e da coleta de material fóssil por estrangeiros assim como pela supervisão dos resultados.

Os fósseis são registros de vida pré-histórica, inclusive partes de organismos, preservados em diversos materiais, especialmente rochas.



Divulgação/SPU

Pedregalhas preservadas há 65 milhões de anos no Monumento Natural Vale dos Dinossauros, em Sousa (PB)

## 17,5 mil

sítios arqueológicos do País estão em cadastro do Iphan

Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico conta atualmente com mais de 17,5 mil registros de sítios arqueológicos brasileiros.

O texto aprovado também determina que a pesquisa e a coleta de material fóssil realizada por estrangeiros só serão autorizadas se houver coparticipação e corresponsabilidade de instituição brasileira “de elevado e reconhecido conceito técnico-científico”, atestado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que deverá acompanhar e fiscalizar as atividades exercidas pelos estrangeiros.

**Tramitação** - O projeto segue para análise do Plenário da Câmara.

**Proteção** - Paulo Teixeira apresentou parecer pela constitucionalidade do projeto, que segundo ele, “não viola princípios e normas

da Constituição Federal”. Segundo o relator, o texto, pelo contrário, reforça a proteção a sítios de valor arqueológico e pré-histórico

localizados no País.

De acordo com a página do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na internet, o



### » Família

A Comissão de Seguridade Social e Família promove

o seminário “Em defesa da vida e da família”, que continua à tarde. Auditório Nereu Ramos, 9h

### » Corrupção

A comissão especial que analisa dez medidas contra a corrupção (PL 4850/16) ouve o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Carvalho Veloso. Auditório Freitas Nobre, 9h30

### » Código Comercial

A comissão especial que analisa proposta de Código Comercial (PL 1572/11) discute o parecer do relator, Paes Landim (PTB-PI). Local a definir, 14h

### » Juventude

A Comissão de Legislação Participativa promove debate sobre políticas públicas em alusão ao Dia Internacional da Juventude. É convi-

dada a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Kátia Arruda. Plenário 3, 14h30

### » Ferrovias

Lançamento da Frente Parlamentar da Preservação de Memória e do Patrimônio Ferroviário. Auditório Freitas Nobre, 14h30

### » Comunicação

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o

Direito à Comunicação com Participação Popular faz balanço de atividades e lança também agenda de trabalhos para 2016. Salão Nobre, 15h30

### » Gênero

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher promove audiência pública para discutir o significado da palavra “gênero”. Plenário 15, 15h30

## Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**

1º Vice-Presidente  
**Waldir Maranhão (PP-MA)**

2º Vice-Presidente  
**Giacobo (PR-PR)**

1º Secretário  
**Beto Mansur (PRB-SP)**

2º Secretário  
**Felipe Bornier (Pros-RJ)**

3ª Secretária  
**Mara Gabrilli (PSDB-SP)**

4º Secretário  
**Alex Canziani (PTB-PR)**

Suplentes:  
**Mandetta (DEM-MS)**

**Gilberto Nascimento (PSC-SP)**  
**Luiza Erundina (PsoI-SP)**  
**Ricardo Izar (PP-SP)**

## SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

Diretor-Executivo: Silvério Rios

Diretor de Mídias: Caíque Novis

Diretor de Agência e Jornal:

João Pitella Junior

[jornal@camara.leg.br](mailto:jornal@camara.leg.br) | Redação: (61) 3216-1660 / 1611 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

(61) 3216-1500

[secom@camara.leg.br](mailto:secom@camara.leg.br)

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Erika Albuquerque

Gilberto Miranda

Renato Palet

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
**José Carlos Araújo (PSD-BA)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos  
**Lúcio Vale (PR-PA)**

Corregedor Parlamentar  
**Carlos Manato (SD-ES)**

Procurador Parlamentar  
**Claudio Cajado (DEM-BA)**

Ouvidor Parlamentar  
**Nelson Marquzelli (PTB-SP)**

Coordenadora dos Direitos da Mulher  
**Dâmina Pereira (PSL-MG)**

Procuradora da Mulher  
**Elcione Barbalho (PMDB-PA)**

Secretário de Relações Internacionais  
**Átila Lins (PSD-AM)**

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

# Aprovada renegociação sem restrição salarial

Plenário aprova projeto que alonga as dívidas de estados com a União sem congelamento de reajuste de servidores

Fotos: Luis Macedo

O Plenário da Câmara aprovou hoje, 282 votos a 140, o projeto de renegociação das dívidas dos estados com o governo federal (PLP 257/16). A análise dos destaques continuaria durante a madrugada.

A votação só foi possível após acordo para retirar do texto a previsão de congelamento dos salários dos servidores estaduais por dois anos, um dos pontos mais polêmicos. A medida enfraqueceu a obstrução de parlamentares contrários à proposta do governo interino de Michel Temer.

O governo, por exemplo, teve 267 votos contra a retirada do projeto da pauta, mas os apoiadores subiram para 285 na deliberação seguinte (contra a votação por grupo de artigos). Esses requerimentos fizeram parte da estratégia da oposição para tentar inviabilizar a votação.

**Limite** - O líder do governo, André Moura (PSC-SE), destacou que o ajuste fiscal previsto na proposta não ficou prejudicado, já que foi mantido o limite do crescimento dos gastos dos estados. Eles não poderão gastar mais do que a inflação do ano anterior. “O governo tem uma linha mestra nesse projeto. A essência principal é que os estados tenham limite de gastos, que não seja permitido aumento de gastos para não gerar novas dívidas e que os governadores não voltem a bater à porta da União”, afirmou.

Moura ressaltou que a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal já impõem limites para o gasto com a folha. E o teto estabelecido pelo PLP da renegociação será um novo freio ao aumento dos gastos com pessoal. O líder do PP, Aginaldo Ribeiro (PB), comemorou o acordo. “Agora o governador terá margem ou não para fazer sua política de pessoal respeitando limite de gastos”, disse.

Relator da proposta, Esperidião Amin (PP-SC) ressaltou que o texto não é o ideal, nem vai resolver o problema de todos os estados. Ele destacou, no entanto, que a redação reflete uma



Acordo político que retirou a limitação para aumentos ao funcionalismo enfraqueceu a obstrução à proposta de renegociação das dívidas



Para Esperidião Amin, texto não é ideal, mas reflete as negociações

decisão negociada. “As modificações que constam do projeto fazem parte do acordo assinado pelo governo federal e por 21 dos governadores estaduais e do Distrito Federal. Se não é um acordo federativo unânime, é um acordo assinado por 21 dos 27 governadores do Brasil. Portanto, não é verdade que o governo selecionou quem atender”, afirmou.

**Obstrução** - Parlamentares do PT não recuaram da obstrução mesmo com o acordo para retirar do projeto o congelamento de salário de servidores. Eles criticam o

principal ponto de ajuste fiscal da proposta: o limite de gastos dos estados, que não poderá ser superior à inflação do ano anterior.

“Retirar o congelamento de salários com o teto de gastos não muda nada. Vai ter redução de disponibilidade de recursos para o servidor. É uma armadilha política, nós não podemos aceitar”, disse o líder do PT, Afonso Florence (BA). Já o Henrique Fontana (PT-RS) afirmou que, caso esse teto estivesse em vigor nos últimos dez anos, o investimento em educação pública seria

**“Agora o governador terá margem ou não para fazer sua política de pessoal respeitando limite de gastos.”**

Deputado Aginaldo Ribeiro

**“Vai ter redução de disponibilidade de recursos para o servidor. É uma armadilha política, não podemos aceitar.”**

Deputado Afonso Florence

a metade do total até hoje.

**Revisão** - A restrição a gastos com pessoal foi um dos pontos centrais de todo o debate, desde o início de sua tramitação. O projeto original enfrentou reação negativa ao impor aumento da contribuição previdenciária, mudança de regime previdenciário e outros limites aos gastos com servidores. Diversas categorias pressionaram os parlamentares e estes pontos foram revistos.

As medidas de ajuste fiscal da proposta original foram substituídas pelo teto de gastos, que também é obje-

to de uma PEC 241/16, que já teve admissibilidade aprovada ontem (*leia na página 4*).

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) foi um dos críticos à proibição de aumentos a servidores, que considerou uma interferência indevida nos entes federativos. “Se o estado não pode crescer suas despesas além da inflação, por que o projeto entra no mérito de que não pode dar reajustes aos servidores? Se o estado economizar com verbas de publicidade, pode ter autonomia de rever seus gastos.”

**Compensação** - Além das divergências sobre gastos, estados das regiões Norte, Nordeste e e Centro-Oeste cobraram aumento no Fundo de Participação dos Estados como compensação.

“Não é possível que estados pobres, que vêm honrando com seus compromissos, não tenham compensação da União”, defendeu o líder do PDT, Weverton Rocha (MA).

A proposta teve apoio do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). “Temos que pensar na Federação, no todo, não é apenas o meu estado que me interessa”, afirmou.

# Teto de gastos segue para comissão especial

CCJ aprovou admissibilidade da proposta de novo regime fiscal do governo interino; próxima fase é análise do mérito

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 33 votos a favor e 18 contra, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, do Poder Executivo. A PEC cria o Novo Regime Fiscal, que limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pela inflação oficial (IPCA). O texto acaba com a atual vinculação de receitas para gastos com saúde pública e educação, previstas na Constituição. Os gastos nessas duas áreas passam também a ser corrigidos pela inflação. Foram seis horas de discussão.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Danilo Forte (PSB-CE). A partir de agora, será criada uma comissão especial para analisar o mérito da proposta. Depois, ela precisa ser aprovada em dois turnos pelo Plenário.

Forte afirmou que a aprovação da proposta é importante para o País. “Há um quadro recessivo, há sequência na diminuição da capacidade arrecadatória da União devido à diminuição da atividade econômica. Para que a população possa ter uma perspectiva de emprego é



Lucio Bernardo Jr.

Parecer foi aprovada depois de seis horas de debate; texto obteve 33 votos favoráveis e 18 contrários

## 20 anos

é o prazo previsto para o limite dos gastos públicos

preciso uma arrumação da economia”, destacou.

**Inconstitucionalidade** - Durante a discussão da matéria, parlamentares contrários ao texto utilizaram de diversos mecanismos re-

gimentais para tentar adiar a discussão da admissibilidade da proposta, como, por exemplo, requerimentos de retirada de pauta, verificação de quórum e discussão de ata da reunião anterior.

Para o deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), a PEC é inconstitucional. “Vai ficar proibido o concurso público. Qualquer expressão que diga é proibida a realização de concursos

públicos é inconstitucional, além de não poder dar o reajuste anual de servidores públicos”, disse.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) também criticou o texto. “Essa é a PEC da vergonha. Estão pensando numa falsa estabilidade do País. E o povo que se dane. Lamentavelmente vai ser do servidor público que não tem culpa nenhuma disso”, afirmou. Segun-

do ele, o Supremo Tribunal Federal vai se pronunciar sobre a inconstitucionalidade do texto.

Para o líder do Psol, Ivan Valente (SP), a PEC quer instituir um ajuste fiscal permanente. “O governo interino golpista quer ficar mais vinte anos. O povo não vai aguentar tanto arrocho salarial”.

**Crescimento** - O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) afirmou que a proposta busca contribuir para a retomada do crescimento econômico. “É para enfrentar a grave situação fiscal. O governo anterior gastou muito mais do que podia, e isso é a crise que o povo está sofrendo”, afirmou Perondi.

Nelson Marchezelli (PTB-SP) disse que o País precisa se organizar economicamente para sair da crise. “O País precisa mudar o enfrentamento da despesa pública. Fazer aumento da dívida pública sem ter uma consequência de fazer seu pagamento mantém essa roda viva da criação de despesas”, afirmou o parlamentar.

Durante a reunião, diversos manifestantes ocuparam a sala do colegiado com cartazes criticando a proposta do governo interino.

## CONSELHO DE ÉTICA

# Relatores de três processos devem ser definidos hoje

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 14h30, para avaliar o processo do PSC contra o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ). Os parlamentares do colegiado vão sortear entre três deputados o relator do processo.

Para o PSC, é incompatível com o decoro parlamentar o texto divulgado por Jean Wyllys no dia 12 de junho, em seu perfil no Facebook, em que ele teria associado os nomes dos deputados Eduardo Bolsonaro (SP), Jair Bolsonaro (RJ) e Pastor Marco Feliciano (SP) – todos do PSC – ao atentado que resultou na morte de 50 pessoas em uma boate gay em Orlando, nos Estados Unidos.



Antonio Augusto

José Carlos Araújo preside o conselho; Sandro Alex é o 1º vice

Também serão sorteados os relatores dos processos apresentados pelo PT contra os deputados Wladimir Costa (SD-PA) e Laerte Besa (PR-DF). Quanto a Wladimir Costa, o PT alega que ele quebrou o decoro parla-

mentar ao ofender o partido e seus filiados em reunião do Conselho de Ética que discutia a cassação do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Em relação a Laerte Besa, o partido argumenta que

o parlamentar proferiu discurso no Plenário da Câmara com ofensas contra o partido, contra a presidente afastada Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e filiados do partido.

Os parlamentares que assinam a representação contra Bessa reclamam ainda que a declaração consiste em atitude intolerável no âmbito de uma casa parlamentar, porque ofende todas as mulheres, na figura de Dilma.

**Cunha** - Ontem, parlamentares do Psol, Rede e PT fizeram um ato para cobrar a votação, no Plenário da Câmara, do processo de cassação do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ontem completaram-se 300 dias desde a apresentação,

pela Rede e pelo Psol, do pedido de cassação de Cunha.

O líder da Rede, Alessandro Molon (RJ), afirmou que não há nenhum impedimento em analisar o processo, a não ser o “rabo preso” em relação ao que Cunha possa vir a dizer. “Não há qualquer outra votação mais urgente do que a cassação de Eduardo Cunha.”

Para o vice-líder do PT Henrique Fontana (RS), não deve haver preocupação da Casa com o quórum de votação, pois “todo o Brasil saberá que o deputado que faltar à votação quer proteger Cunha.” De acordo com o deputado, o PT fará obstrução a qualquer outra pauta enquanto não for votada a cassação de Cunha.

# Debate sobre pré-sal é marcado por polêmica

Comissão geral discutiu fim participação obrigatória da Petrobras na exploração da camada; deputados votarão texto

O Plenário da Câmara dos Deputados debateu ontem o projeto de lei que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras participar como operadora de todos os blocos de exploração de petróleo na área do pré-sal. A medida, prevista no Projeto de Lei 4567/16, foi defendida por partidos da base do governo interino de Michel Temer e muito criticada pela oposição e por representantes de entidades sindicais que marcaram presença em Plenário. A proposta está pronta para votação no Plenário.

Contrário ao projeto, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que propôs o debate, disse que o texto representa um desmonte da legislação atual, que criou o sistema de partilha de exploração de petróleo no País. Para Zarattini, o texto confere ao governo federal a decisão de abrir ou não para a exploração de determinados campos por empresas estrangeiras.

“Essa será uma decisão governamental. Se o governo tiver a predisposição de abrir a exploração para outras empresas estrangeiras, a Petrobras não exercerá a opção de participar. Ou seja, ela perderá o controle e o conhecimento dos campos de pré-sal e também deixará de renovar seus campos”, criticou Zarattini.

A lei atual (12.351/10) exige a Petrobras como operadora e participante obrigatória com 30% de qualquer bloco contratado sobre o regime de partilha. O projeto em debate e oferece à Petrobras, considerando o interesse nacional, preferência para ser a operadora dos blocos.

**Decisão** - O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Bezerra Filho, que participou dos debates na Câmara, defendeu o PL 4567. Fernando Filho disse que o texto dará mais liberdade para que a estatal brasileira possa decidir sobre quais investimentos estão mais alinhados ao seu planejamento estratégico. “Nós não estamos tirando da Petrobras o direito de participar. Ela simplesmente não será obrigada a participar de tudo e terá liberdade para escolher o que faz mais



Para Zarattini, a proposta enfraquece a Petrobras

sentido de acordo seu planejamento estratégico”, disse, ressaltando que outras empresas poderão participar do pré-sal gerando royalties e empregos.

Bezerra Filho, por fim, afirmou que a Petrobras enfrenta problemas financeiros, sobretudo por conta do alto endividamento, segundo ele provocado por erros de gestão, como a manutenção do preço do combustível bem abaixo do preço de mercado por um longo período.

“É claro que hoje o preço do petróleo está bem baixo, e a Petrobras também sente isso, mas a empresa sofre

com o erro de manter o preço de bomba mais barato, o que custou US\$ 40 bilhões de dólares, e com outros projetos de investimento caríssimo e que não resultaram em nenhum real ao caixa da empresa”, completou.

**Custo** - Consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo Lima ponderou que há uma relação direta entre a renda recebida pelo Estado brasileiro e a decisão de a Petrobras ser ou não operadora obrigatória dos campos de pré-sal. “Quanto maior o custo de produção, menos o Estado vai receber”, defendeu



O ministro Fernando Coelho defendeu o projeto

Lima. “Como o custo de extração vai ser abatido do excedente em óleo [parte repartida com o governo], é muito importante que a Petrobras seja operadora de áreas estratégicas e que o Congresso defina o que são essas áreas estratégicas”, disse.

Por outro lado, o secretário de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), José Pereira, disse que o País não deve alterar a legislação para se submeter às oscilações do mercado de petróleo. “A proposta quer inviabilizar um grande

**“O que eles estão propondo é que a dinheirama que sai do pré-sal vá para as multinacionais do petróleo.”**

Deputado Afonso Florence

**“Esse projeto desobriga a participação obrigatória de 30%, mas a Petrobras poderá participar, caso queira.”**

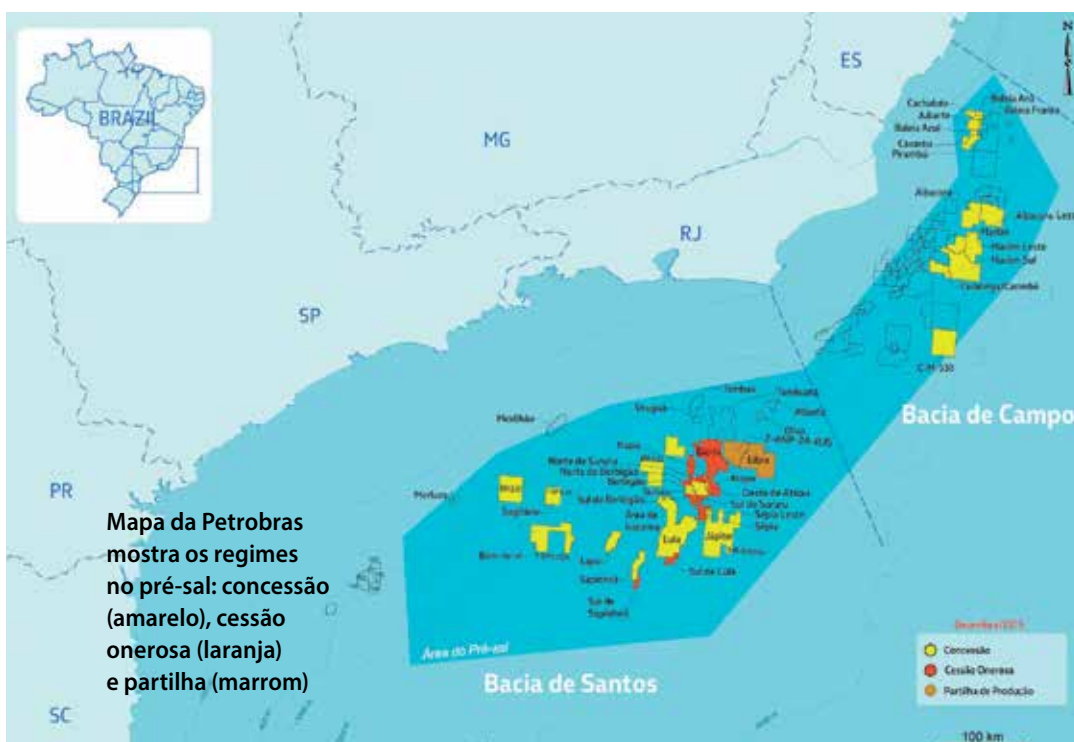
Deputado Otavio Leite

processo de investimento na saúde, na educação, na indústria nacional e em toda a cadeia produtiva de gás e petróleo. Nós consideramos que a legislação deve ser mantida intacta”, sustentou Pereira, que foi aplaudido por representantes de entidades do setor petrolífero que acompanharam os debates em Plenário.

Para o líder do PT, Afonso Florence (BA), é preciso defender o papel da Petrobras no contexto geopolítico mundial, como operadora única dos campos do pré-sal e como incentivadora da valorização de produção de conteúdo nacional. “Derrotar esse projeto é preservar os interesses do povo brasileiro. O que eles estão propondo é que a dinheirama que sai do pré-sal vá para as multinacionais do petróleo em vez de ir para saúde e educação”, disse.

**Apoio** - Pela liderança do PSDB, o deputado Otavio Leite (RJ) defendeu as mudanças na legislação do regime de partilha. “Esse projeto desobriga a participação obrigatória de 30%, mas a Petrobras poderá participar, caso queira”, afirmou.

O deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) também defendeu a proposta e criticou os sindicalistas que vaiaram parlamentares que apoiavam o projeto. Ele afirmou que os sindicalistas estavam ideologizando o debate. “É preciso afastar as travas ideológicas e as mistificações para que tenhamos um ambiente produtivo de debate, onde seja privilegiado o interesse nacional e o desenvolvimento do País.”



# Violência doméstica preocupa, diz deputada

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ressalta avanços, mas critica a ainda alta ocorrência de casos

Cleia Viana

Criada para coibir e punir com mais rigor atos de violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/16) completou dez anos neste mês (7 de agosto), mas a violência doméstica ainda é uma ameaça.

No Brasil, uma em cada cinco mulheres é vítima de violência doméstica. Dados da Secretaria de Políticas para Mulheres apontam que cerca de 80% dos casos de violência são cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

A Lei Maria da Penha tem o nome da farmacêutica cearense, que, depois de conviver anos com a violência do marido, acabou levando um tiro e ficando paraplégica.

Maria da Penha resolveu denunciá-lo, lutou para a condenação do marido e pela aprovação de uma lei específica, porque a punição para o agressor foi muito leve.

**Violência** - Para a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Gorete Pereira (PR-CE), a lei

trouxe resultados positivos, como a redução dos assassinatos de mulheres em decorrência da violência doméstica, mas os índices de violência ainda são grandes.

Ela lembrou que estudo do Instituto Avante Brasil mostra que a cada hora uma mulher é assassinada no Brasil. “A gente poderia pensar assim: avalie se não existisse essa lei. Ainda está muito aquém do que a gente gostaria que tivesse, que é zero de violência”, disse.

“Estamos em pleno século 21. As mulheres de hoje contribuem economicamente com o desenvolvimento da casa, da família. É uma pessoa que está hoje no mesmo nível, muitas delas arrimo de família”, ressaltou.

**Penas maiores** - Gorete Pereira avalia que penas mais rígidas podem ajudar a diminuir os índices de violência contra a mulher. Ela cita uma proposta de alteração da Lei do Femicídio (Lei 13.104/15), já aprovada pela Câmara.

“A Lei do Femicídio



“Ainda está muito aquém do que a gente gostaria, que é zero de violência.”

Deputada Gorete Pereira

Para Gorete Pereira, a lei conseguiu reduzir o total de assassinatos, mas o índice de violência segue alto

prevê penas de 12 a 30 anos, mas conseguimos aumentar em um terço para o assassino de mulheres que forem atingidas durante a gravidez ou três meses depois do parto, se forem menores de 14 anos ou maiores de 60 anos, portadoras de deficiência ou quando o crime ocorrer na

frente dos filhos”, observou.

**Impedimento** - A deputada citou ainda as medidas protetivas, que dão ao delegado de polícia a possibilidade de fazer o impedimento do homem. Geralmente o afastamento do marido agressor da casa do casal leva 48 horas, até que o juiz decida.

Gorete Pereira destacou que conseguir esse impedimento rapidamente é fundamental porque muitas mulheres acabam sendo assassinadas justamente depois de fazer a denúncia e serem obrigadas a voltar para a mesma casa onde está seu agressor.

## DISCURSOS

### Jair Bolsonaro reclama da remuneração dos militares e rejeita mudança em aposentadoria

O deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) queixou-se em Plenário da remuneração nas Forças Armadas e condenou a possibilidade de mudança nas regras de aposentadoria, como chegou a ser sugerido pelo governo do presidente interino Michel Temer.

“Eu não falo pelas Forças Armadas, falo como capitão do Exército que fui. O que me trouxe a esta tribuna foi a questão salarial – que vem se agravando há muito tempo, não é de agora. É preciso colocar um ponto final nisso. As Forças Armadas têm que ter paz para trabalhar.”

Bolsonaro criticou a recente correção dos salários, com uma parcela inicial de 5,5% a partir do último dia 1º e totalizando 25,5%, até 2019. “Como o último reajuste foi em março de 2015, e a inflação deste ano já suplantou os 5%, nem sequer os 5% concedidos cobriram a inflação.”

Segundo o parlamentar, em 2000, durante o governo FHC, foi dito que uma nova lei de remuneração seria benéfica. “Alguns dias depois, aconteceu o contrário. Foi editada uma medida provisória, nunca votada, pela qual os poucos direitos que ain-



Luis Macedo

Jair Bolsonaro: defesa dos militares

da tínhamos foram suprimidos.”

Em relação a aposentadorias, Bolsonaro criticou a ideia de mudanças e disse que não há Previdência militar. “O Tribunal de Contas da União, há pouco tempo, reconheceu que não temos um sistema previdenciário. O que se gasta com as Forças Armadas já vem no Orçamento”, afirmou.

“Quando se fala em reforma da Previdência, sempre vejo aqui o pessoal contrário a que se mexa nos ditos direitos trabalhistas. Mas, dos 40 direitos trabalhistas, o militar só tem meia dúzia. Dos 40, só tem direito a 6, dentre eles as férias”, ressaltou.

### Marinha Raupp comemora em Plenário os dez anos de vigência da Lei Maria da Penha

A deputada Marinha Raupp (PMDB-RO) comemorou em Plenário os dez anos da Lei Maria da Penha (11.340, de 7 de agosto de 2006). “A Lei Maria da Penha é um grande instrumento, mas ela só não basta.”

Marinha Raupp destacou o projeto Casa da Mulher Brasileira, lançado em 2015 pelo governo federal por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que segundo a deputada é “um instrumento muito importante, uma estrutura em que integra todos os órgãos públicos para que a mulher tenha um acolhimento no momento de dor e sofrimento”.

A parlamentar lembrou ainda que o presidente da República interino, Michel Temer, instalou em São Paulo, em 1985, a primeira delegacia da mulher no País, quando ocupava o cargo de secretário estadual da Segurança Pública. “Hoje todos nós sabemos o quanto é importante a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em cada Estado”, disse.

“Este momento, os dez anos da Lei Maria da Penha, permite dizer ainda o quanto o estado de Rondônia tem-se posicionado no enfrenta-



Luis Macedo

Marinha Raupp: avanços da legislação

mento contra a violência à mulher, porque entendeu que era necessário fazer uma ação integrada de todas as instituições públicas”, afirmou.

Segundo Marinha Raupp, é importante que nas próximas eleições municipais, em outubro, seja dada atenção às mulheres.

“É oportuno que cada candidato, nos mais de 5 mil municípios brasileiros, também tenha a sensibilidade e a preocupação de integrar as ações locais às dos poderes públicos estadual e federal, para que as mulheres, em cada cidade, possam ser respeitadas”, disse a parlamentar.

## CPI DO CARF

## Relator pede mais tempo e adia parecer

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Carf não conseguiu votar ontem o relatório final. O texto não foi nem sequer apresentado pelo relator, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), que alegou necessitar de mais tempo para as investigações.

O prazo de trabalho da comissão vai até amanhã. Uma prorrogação depende da aprovação de um requerimento no Plenário da Câmara. Tanto Bacelar como o presidente do colegiado, Pedro Fernandes (PTB-MA), querem mais 60 dias de funcionamento.

Bacelar explicou que precisa ouvir mais depoimentos, principalmente de empresários beneficiados por esquema fraudulento de julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal. “Meu plano de trabalho previa oitivas de empresários beneficiados e não veio nenhum.”

**Críticas** - Muitos deputados temem que a CPI acabe sem a votação do relatório. “Seria muito ruim que isso acontecesse”, disse Ivan Valente (PsoL-SP). “Estou decepcionado porque aparentemente é mais uma CPI que não vai dar em nada”, disse Delegado Éder Mauro (PSD-PA). Os dois deputados anunciaram que vão entregar votos em separado que podem ou não ser aproveitados pelo relator.

Zeca Ribeiro



Bacelar quer mais tempo

# Procurador diz que 97% dos crimes de corrupção ficam impunes no País

Responsável pela Lava Jato diz que corrupção é apartidária e defende foro privilegiado restrito

O procurador da República da 2ª Vara Federal Criminal no Paraná, Deltan Dallagnol, destacou ontem que há impunidade em 97% dos casos de crimes de corrupção no Brasil.

Coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato que investiga crimes de corrupção na Petrobras, Dallagnol ressaltou: “A Lava Jato é a exceção que confirma a regra da impunidade”.

Ele participou de audiência pública na Comissão Especial de Combate à Corrupção, encarregada de analisar o Projeto de Lei 4850/16, que reúne dez medidas contra a corrupção propostas pelo Ministério Público Federal. O texto recebeu o apoio das assinaturas de mais de 2 milhões de brasileiros.

Segundo o procurador, a probabilidade de punição é de apenas 3%, conforme mostra estudo da Fundação Getúlio Vargas. O procurador observou que, quando ocorre a punição, “a pena dificilmente passará de quatro anos e provavelmente será prestação de serviços à comunidade e doação de cestas básicas”. Ele acrescentou que a pena será perdoada depois de cumprido um quarto dela.

Ele defendeu que a pena mínima para a corrupção seja de quatro anos (e não de dois anos, como hoje), para que não haja a possibilidade de ela ser trocada por prestação de serviços à comunidade. Também defendeu que, a partir de R\$ 80 mil, a corrupção se torne crime hediondo, para não haver, por exemplo, possibilidade de perdão após cumprimento de um quarto da pena. Além disso, pediu a criminalização do chamado caixa dois, com pena de prisão de quatro a cinco anos. Essas medidas estão previstas no PL 4850.

**Seletividade** - De acordo com Dallagnol, dois fatores contribuíram para que os crimes investigados pela Lava Jato existissem: impunidade e falhas do sistema político. “A corrupção é apartidária. Mudança de governo não é



Zeca Ribeiro

Deltan Dallagnol, ao lado do deputado Joaquim Passarinho, presidente da comissão especial

## “A corrupção não é particularidade de apenas um dos poderes da República.”

Deputado Onyx Lorenzoni

meio caminho andado contra a corrupção. Se queremos mudar, temos que mudar o sistema.”

Os deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Paulo Pimenta (PT-RS) acusaram a Operação Lava Jato de ser seletiva e de não atingir outros partidos políticos, além do Partido dos Trabalhadores. Na visão de Dallagnol, trata-se de “teoria da conspiração”, já que todos os procuradores envolvidos nas investigações seriam concursados, sem vinculação partidária.

**Projeto** - Para o deputado Wadih Damous (PT-RJ), a criação de novos tipos penais e o aumento das penas não propiciará maior punição dos crimes de corrupção. O parlamentar considera “punitivista” o pacote proposto pelo Ministério Público. “Estou vendo o receituário de sempre: mais pena vendendo a ilusão de que isso vai resolver o problema da corrupção.” O parlamentar ressaltou ainda que Ordem dos Advogados do Brasil rejeitou grande parte das dez

medidas propostas pelo Ministério Público, assim como grandes juristas brasileiros. Para ele, o projeto traz inconstitucionalidades.

Dallagnol pediu que os críticos das medidas apontem soluções alternativas aos problemas listados por ele, como impunidade e prescrição dos crimes de corrupção. Segundo ele, as medidas propostas fundamentam-se em três pilares: a prevenção, a punição adequada e a recuperação do dinheiro desviado, por meio de instrumentos recomendados internacionalmente.

**Foro** - Dallagnol defendeu no debate que exista foro privilegiado apenas para os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, para o procurador-geral da República, para os presidentes da Câmara e do Senado e para o presidente da República. Hoje, a Constituição prevê foro privilegiado não só para o presidente da República, mas também para o vice-presidente, ministros, todos os parlamentares, prefeitos, governadores, juízes e membros do Ministério Público. Todos eles só podem ser julgados por cortes superiores.

Para a procuradora Mônica Garcia, da Câmara de Combate à Corrupção do

## “Estou vendo o receituário de sempre: mais pena vendendo a ilusão de que isso vai resolver o problema.”

Deputado Wadih Damous

Ministério Público, o foro privilegiado para políticos é um instituto antirrepublicano. O presidente da comissão especial, deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), disse que outras medidas, além das dez propostas pelo Ministério Público, deverão ser acrescentadas ao texto final do colegiado.

**Votação** - O relator da comissão especial, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), quer que o projeto seja votado pela Câmara até novembro. O deputado afirmou que o Parlamento dará resposta à demanda da população brasileira por medidas de combate à corrupção. E ressaltou que a legislação valerá para todos os agentes públicos, pois “a corrupção não é particularidade de apenas um dos Poderes da República”.

O deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), um dos apoiadores do projeto, disse acreditar que a proposta traz possibilidade real de mudança, podendo ajudar a acabar com a impunidade dos crimes de corrupção.

# Ministro quer melhorar fiscalização no DPVAT

Ricardo Barros, da Saúde, esclareceu em CPI a destinação dos recursos oriundos da arrecadação do seguro dos carros

Lucio Bernardo Jr.

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse ontem que pretende melhorar a fiscalização para evitar fraudes no pagamento do seguro DPVAT. Ele participou de audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga irregularidades nas indenizações.

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) foi criado em 1974 (Lei 6.194) para garantir a indenização de vítimas de acidentes de trânsito no caso de morte ou invalidez, assim como o custeio de despesas médicas e hospitalares.

No ano passado, a arrecadação total do seguro DPVAT foi de R\$ 8,6 bilhões. Desse total, metade foi para a União, principalmente para o Sistema Único de Saúde (SUS), e R\$ 3,3 bilhões foram para o pagamento de indenizações.

O ministro gostou da sugestão do deputado Hugo Leal (PSB-RJ) sobre a adoção de mecanismos para evitar as fraudes. “Nós, por sugestão do deputado Hugo Leal, vamos acompanhar o recebimento dos segurados, vamos avaliar, cruzar dados para melhorar a fiscalização e, eventualmente, buscando combater as fraudes.”

Ricardo Barros também disse que a distribuição dos recursos do DPVAT pode ser feita de maneira diferente de como é feita hoje, desde que haja um estudo de quanto se pagam de prêmios e qual a cobertura que o DPVAT tem dado efetivamente aos usuários e, se houver espaço, aumentar os recursos destinados à saúde. Hoje, 45% dos recursos são repassados para a pasta.

**Educação** - Outra sugestão dos parlamentares também foi bem recebida pelo ministro. Autores do requerimento para ouvi-lo, os de-

**“Vamos avaliar, cruzar dados para melhorar a fiscalização e, eventualmente, combater as fraudes.”**

Ministro Ricardo Barros



O ministro da Saúde, Ricardo Barros (D), propôs uso de recursos do Fust para interligar o ministério, unidades de saúde e seguradoras

putados Odorico Monteiro (PROS-CE) e Raquel Muniz (PSD-MG) defenderam ações conjuntas de diferentes áreas do governo no sentido da prevenção por meio da educação para o trânsito nas escolas.

Ricardo Barros disse que os parlamentares deveriam

convidar o ministro da Educação, Mendonça Filho, e discutir a possibilidade.

**Realocação** - Segundo o ministro, outro caminho para resolver o problema é a realocação de recursos orçamentários. Seria o caso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

municações (Fust).

O ministro ressaltou que é obrigação do Ministério das Comunicações e Ciência e Tecnologia dar conectividade a escolas e unidades de saúde, e como os recursos do Fust estão bloqueados, fazendo superávit fiscal, seria uma possibilidade

ter recursos que venham a garantir a conectividade entre as unidades de saúde, os prestadores e o Ministério da Saúde, de modo que se tivesse toda a informação. Barros avalia que isso economizaria recursos e evitaria fraudes, desvios e aumentaria a transparência.

## CRM-MT debate os processos por fraudes no seguro

Zeca Ribeiro

Das 79 denúncias sobre fraudes no seguro DPVAT recebidas entre 2012 e 2014 pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) de Mato Grosso, 60 resultaram em abertura de processo ético-disciplinar. Desse total, 14 já foram julgados, com duas absolvições e 12 condenações.

Segundo a corregedora-geral do CRM-MT, Hildenete Monteiro Fortes, todas as denúncias foram formuladas pela seguradora Líder. A médica depôs na segunda-feira (8) na CPI do DPVAT.

**Sigiloso** - Hildenete Fortes ressaltou que os processos são sigilosos e que a pena mais grave imposta foi a de suspensão por 30 dias. As punições podem ser de advertência confidencial, censura confidencial, censura pública, suspensão por 30 dias e a cassação da licença de médico.

Conforme a corregedo-



A corregedora-geral do CRM-MT, Hildenete Monteiro Fortes, na CPI

ra, as denúncias estão todas relacionadas a fraudes na emissão de laudos médicos. “Esse laudo é emitido como se o médico o tivesse feito na presença do periciando e, na realidade, foi emitido não na presença do periciando, mas na sua ausência. E isso é uma falta ética grave no Código de Ética Médica.”

Hildenete Monteiro disse ainda que apenas um único

caso foi encaminhado para a Polícia Federal. Trata-se de uma pessoa que exercia a medicina sem registro.

**Polícia** - O deputado Marcos Rogério (DEM-RO) considerou as punições desproporcionais e sugeriu que a CPI faça uma recomendação aos CRMs no sentido de encaminhar à PF e ao Ministério Público todas as denúncias acolhidas e

transformadas em procedimentos.

“Não há punições mais rigorosas com relação a profissionais que atuam reiteradamente com condutas criminosas, lesando a seguradora, lesando o trabalhador. É preciso ter uma recomendação para os conselhos”, observou.

**Punição** - Presidente da CPI, Marcus Vicente (PP-ES) solicitou que todos os processos do CRM relacionados a fraudes no seguro DPVAT sejam encaminhados à comissão. Ele também defendeu punição mais grave para os envolvidos.

“Queremos, na verdade, é fazer com que todos os prestadores de serviço possam estar responsabilizados no momento em que cometem o crime contra o usuário, contra milhões de brasileiros que se veem enganados e não têm o seu direito assegurado”, disse.